

IW entrevista o Professor João Batista sobre a Língua Portuguesa e seus regionalismos

IW – Nos últimos dias, o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro questionou materiais do Instituto Alfa e Beto, alegando usarem termos chulos na alfabetização. O que o senhor acha disso?

As críticas do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, em relação ao Programa Alfa e Beto, têm duas frentes. Uma se refere ao uso da palavra “Chaninha”, que tem conotação chula em determinadas partes daquele município. A outra é mais geral, e se refere ao conteúdo e forma dos minilivros.

IW – Qual a posição do IAB a respeito do uso dessa palavra?

Tenho certeza de que a maioria absoluta dos milhares de leitores desta entrevista jamais soube que essa palavra existe ou que tenha sentido pejorativo ou chulo. Trata-se de um regionalismo, do uso de um sentido específico, atribuído à palavra num contexto local de falantes de nossa língua. O minilivro em que essa palavra aparece foi escrito por uma autora experiente na produção de livros infantis. É impossível a qualquer autor conhecer todas as conotações que uma palavra possa ter em todos os ambientes. Mas há outros aspectos a considerar. O primeiro deles é a diferença entre um palavrão, uma palavra obscena, e um regionalismo. O segundo é a polissemia, os significados múltiplos das palavras. Na frase “eu pinto paredes” só uma mente torpe se preocupa com outros sentidos da palavra “pinto”. Quando um professor ensina divisão silábica, por exemplo, ele terá de tratar do /ca/que/qui/co/cu, e nem por isso estará ofendendo à moral e aos bons costumes. O terceiro é o do contexto. No caso, a palavra – que tem vários sentidos – foi usada com letra maiúscula, designando o nome que a criança deu à sua chinela. Mas não é disso que trata a queixa do Sindicato.

IW – Então, qual é a questão real?

A questão real é a insatisfação do Sindicato contra as tentativas da Secretaria de melhorar o ensino. É uma forma de demonstrar descontentamento. Os alvos de crítica são pretextos para manifestar as críticas. Em parte isso é normal – diante de um processo de mudança as pessoas ficam com receio, inseguras ou ameaçadas. Mudam-se orientações – nem sempre de forma correta, racional ou consistente com as expectativas. No caso concreto, o alvo é a introdução de um programa de alfabetização que contraria tradições ineficazes, mas enraizadas. Mas vamos tratar primeiro dos sintomas.

IW – Quais sintomas?

Um é a questão do politicamente correto, que está por detrás da crítica ao uso de determinadas palavras em textos que chegam às crianças. Este é um movimento que surgiu no final do século passado, e que tem origens filosóficas e ideológicas bem conhecidas. Iniciado sob o signo da tolerância, de respeito a minorias, de cuidados na fala, o movimento logo assumiu a bandeira da censura, e depois, da intolerância. Não existe mais gente feia, gorda ou nariguda. Chargistas são politicamente incorretos. Não

se podem expressar idéias ou sentimentos que possam significar discordância com as idéias da minoria. Enfim, lembra-se do fascismo? Da repressão da ditadura militar (na época da ditadura no Brasil, antes do politicamente correto, os jornais não podiam usar a palavra ditadura). No fundo é isso – grupos sociais que se arvoram no direito de censurar as palavras aceitáveis ou não. E, no caso, a tese é a de que uma palavra que não seja aceita num contexto, por mais particular que seja esse contexto, tem que ser banida. Um dos participantes do debate propôs inclusive que não se usassem palavras de uso comum em Portugal, como raparigas (moças) ou bicha (fila). É nesse marco que se movem as pessoas que se elegendem em defensores da linguagem politicamente correta. E isso, claro, é inaceitável numa sociedade democrática.

IW – Mas então como lidar com situações embaraçosas como essa que o senhor citou?

É exatamente aí que podemos ver que a questão do Sindicato é política, e não pedagógica. Se fosse uma questão pedagógica, em primeiro lugar, o encaminhamento não seria via a imprensa ou Promotoria, e sim, na via do diálogo com o pessoal da Secretaria de Educação. As crianças são expostas a todo tipo de estímulos, saudáveis ou não. Imagino que a maioria das crianças do Rio de Janeiro vive em ambientes que as protegeram de ouvir palavras como esta que está em discussão. Mas as crianças estão expostas a tudo. A função dos pais e dos professores é a de evitar que isso aconteça. Mas se acontecer – e pode acontecer – trata-se de saber lidar. No caso concreto eu entendo que há duas formas pedagogicamente defensáveis. A primeira seria evitar o uso desse livro (este é 1 de 110 minilivros), em ambientes em que isso poderia ser objeto de chacota ou constrangimento. A segunda seria explicar, antes da leitura, que a criança deu um nome engraçado para a sua chinela. Fala-se muito em valorizar o professor, mas não respeitamos a sua capacidade de lidar com situações, ao propor um patrulhamento ideológico dessa natureza. Repito: palavrões, erros conceituais, ofensas, nada disso deve entrar em livros. Mas acabar com a polissemia é patrulhar a língua.

IW- O senhor mencionou outro problema relacionado com os minilivros.

A pedagogia que é ensinada nas escolas brasileiras ignora um dos aspectos mais importantes da aprendizagem da leitura, que é o desenvolvimento da fluência. Os documentos oficiais e, sobretudo, os critérios de decisão usados na aquisição de livros e cartilhas para alfabetização também ignoram essa questão. O processo de aprendizagem da leitura – o processo de alfabetização – requer que a criança (vale também para adultos) desenvolva a capacidade de decodificar e, por meio da leitura repetida de palavras, desenvolver a capacidade de identificar automaticamente as palavras. Ou seja, a leitura repetida acaba formando no cérebro os padrões ortográficos que permitem à criança ler uma palavra de uma vez, sem precisar decodificar. Mas isso não basta – pois precisamos ler textos conectados, e não apenas listas de palavras. Para isso, é necessário desenvolver textos com características morfológicas e sintáticas específicas. Nos estágios iniciais da alfabetização, os textos devem usar apenas palavras que a criança consegue decodificar, e, eventualmente, uma ou outra palavra que ela já consegue identificar automaticamente. Mas cuidado: não estou falando de palavras que a criança decorou, como o seu nome ou a palavra Coca Cola. Estamos falando de palavras que a criança já lê automaticamente por que antes as leu usando as regras da decodificação. É inevitável, portanto, que a estrutura sintática desses textos também seja muito simples. São textos curtos, com frases curtas e palavras muito simples. Sem o desafio da

semântica, a criança pode concentrar toda a sua atenção na leitura conectada do texto. Se você analisar os minilivros do Programa Alfa e Beto verá que os textos vão aumentando ligeiramente sua complexidade sintática, à medida que a criança vai acrescentando novos fonemas e grafemas ao seu cabedal. Tudo isso é feito em base a rigorosos critérios científicos. Esse tipo de textos é muito usado, especialmente em países de língua inglesa. E não há nenhum registro de que as crianças perderam pontos de QI pelo seu uso. Ao contrário, as evidências são unânimes ao mostrar uma forte correlação positiva entre fluência e compreensão. A fluência é ponte que liga a decodificação à compreensão de textos. Infelizmente, nossos cursos de pedagogia não tratam dessas questões, e pessoas que não tiveram formação na área se assustam, como se isso fosse coisa de outro mundo.

IW- Mas há professores que conhecem o tema e alegam que existem livros que tratam disso, como os de Eva Funari, Ciça e tantos outros.

Esses livros têm algumas características de livros decodificáveis. Vários poemas de Cecília Meireles também demonstram a intenção de brincar com determinadas vogais – como no famoso poema *O colar de Carolina*. Vários desses livros são de excelente qualidade literária, e devem ser lidos tanto pelo seu valor literário quanto por sua intenção didática de desenvolver fluência. Mas eles são úteis para alunos que já aprenderam a ler, não para alunos que ainda estão no processo de aprender a ler. Ler e aprender a ler são coisas diferentes, da mesma forma que ler e compreender são coisas muito diferentes.

IW- Mas as críticas permanecem. Os críticos dizem que esses livros são pobres, são livros com “pseudo-textos” ou quase-textos, com baixo índice de coerência e coesão.

Nós no IAB publicamos um livro sobre essa questão, ele se chama Usando Textos em Sala de Aula. Creio que este livro já anda pela 5ª ou 6ª edição. Eu sou um dos co-autores. Portanto, trata-se de assunto familiar. No Brasil – inclusive nos PCNs sobre alfabetização, aparece essa idéia de “pseudo-texto”. No caso dos PCNs, isso aparece como crítica aos textos usados em cartilhas. O uso do termo pseudo-texto reflete duas incompreensões. A primeira é a respeito da função social dos textos. Se a função social de um texto é didática, e, no caso, ensinar a ler fonemas que o aluno já conhece – o texto não pode ser chamado de pseudo-texto, por definição. Ao fazer isso, estamos negando que possa haver um uso social para livros didáticos. O próprio MEC continua a perpetuar esse erro, na sua proposta de chamada de livros didáticos. Mas esta é uma questão ideológica, que o país ainda não superou. Ela não tem qualquer sustentação entre pessoas que conhecem teoria de linguagem e teorias de gêneros textuais. A segunda incompreensão se refere ao fato de dizer que esses textos são pobres, às vezes sem sentido. Esta questão é mais ampla, e levaríamos todo o tempo desta entrevista para lidar com ela. Primeiro, não existe razão para tudo na vida ter sentido. Quando Gertrude Stein escreve “uma rosa é uma rosa é uma rosa” o mundo passou a pensar mais seriamente sobre isso. E já se vão pelo menos 60 anos. Qual o sentido de uma obra de arte moderna? De uma poesia surrealista? Das múltiplas interjeições “Oh!” na poesia de Rilke? Deixe-me dar exemplos mais familiares. Na música do Toquinho, ele canta “a tonga da mironga do caburetê”. O que significa isso? Nada. Por que podemos ler o texto? Porque sabemos decodificar. Alguém entende o texto? Não, porque ele não tem significado. Isso não significa que Toquinho seja um idiota. Pelo contrário. As

parlendas – tão estimadas pelas crianças – têm algum sentido? Segundo, a criança só consegue fazer sentido do que lê a partir de uma fluência de 60 a 80 palavras por minuto. Até lá, mesmo que o texto tenha sentido, ela não extrai o sentido do texto. Ela pode entender esse – e muitos outros textos mais complexos – que são lidos para ela, verbalmente. A compreensão verbal é 100% associada à compreensão de leitura. Mas a compreensão de leitura depende da fluência, a compreensão oral, não. Usar textos morfológica e sintaticamente complexos em livros de alfabetização é um erro pedagógico, decorrente de um profundo desconhecimento da ciência cognitiva da leitura. Terceiro, imagine uma pessoa de baixa escolaridade que leia para uma pessoa que não consegue enxergar. Imagine as filhas do poeta Milton lendo para ele, nos seus estágios avançados de cegueira. Elas não compreendiam o que liam, mas liam, e assim contribuíram para alimentar esse grande gênio das letras. A obsessão com a compreensão tem sido um dos grandes fatores de atraso no avanço do entendimento dos processos de alfabetização, no Brasil. A alfabetização – inclusive o desenvolvimento da leitura – tem por objetivo possibilitar a compreensão do que se lê. Ela é apenas uma condição necessária, não uma condição suficiente. Para entender textos, é preciso muito mais do que saber decodificar e saber ler com fluência. Mas sem boa fluência, é impossível compreender o que se lê.

IV- Creio que chegamos ao cerne do problema, a questão da alfabetização. É sabido que n Brasil as faculdades de educação vêm promovendo o “construtivismo” como proposta central para alfabetizar. Até hoje o MEC também privilegia essas idéias, embora haja várias manifestações do Ministro da Educação a respeito da importância de mudar essa situação. Por que os professores “detestam o método fônico”, como foi dito num órgão da imprensa carioca?

Os professores não detestam o método fônico. Não podemos amar, ou detestar, o que não conhecemos. Há um enorme preconceito contra o método fônico (não vi, não gostei, não quero saber). Mas, mais do que tudo, há um total desconhecimento do assunto. A resposta vai ser um pouco longa, pois o assunto é complexo.

IW – Mas respostas boas sempre merecem atenção...

Então, vamos lá. No Brasil, como um todo, e o Rio de Janeiro não é exceção, cerca de 50% dos alunos do 5º ano não compreendem um texto adequado a crianças de 10 anos. Os dados do PISA confirmam o mesmo padrão para os alunos de 15 anos. Grande parte deste problema se dá por que os alunos não foram bem alfabetizados, e não tem competências adequadas de fluência de leitura. Isso não é tudo – pois para compreender textos não basta saber ler. Mas explica grande parte. Este é um problema que mereceria debate pelos sindicatos e pela mídia.

Em outubro de 2010 o Instituto Alfa e Beto realizou um teste de alfabetização com mais de 350 mil alunos do 2º ao 5º ano em mais de 350 municípios. Os resultados são aterrorizantes: 70% dos alunos não conseguem escrever palavras ou frases simples. O índice vai de 90% no 2º ano a 50% no 5º ano. Um município ou escola com cerca de 160 pontos da Prova Brasil de Língua Portuguesa se encontra exatamente nessa situação. Este é outro problema que mereceria ser debatido pela sociedade, pelos sindicatos, pela mídia.

Observe os dados de um município como Sobral, que vem se esforçando, há pouco mais de uma década, para melhorar a qualidade do ensino. Trata-se de um município com cerca de 200 mil habitantes, mais de 20 escolas urbanas. Os resultados na Prova Brasil variam de 170 a 200 pontos, uma dispersão bastante limitada. Na cidade do Rio de Janeiro, os resultados vão de 150 a 220 pontos. A dispersão reflete o impacto das políticas públicas: em Sobral, as orientações da Secretaria surtem efeito e os resultados das escolas são bastante semelhantes, como deve ser numa sociedade democrática. A dispersão dos resultados, no Rio, reflete a dificuldade de estabelecer e implementar regras e procedimentos básicos. Em nome da autonomia escolar instalou-se o caos. Este não é um problema apenas do Rio, afeta a quase totalidade do país.

A reação do sindicato é natural, no sentido de assustar-se quando uma Secretaria de Educação tenta retomar o espaço perdido e intervir, inclusive na forma de UTI, em casos mais graves. Mas o fato de ser natural não significa que seja correta, adequada ou defensável. É apenas compreensível.

Menos aceitável e menos compreensível é a ojeriza a métodos de alfabetização. Há décadas o Brasil é vítima de uma concepção equivocada de alfabetização, entronizada como doutrina oficial com os PCNs. Os resultados são desastrosos, mas isso não tem levado a mudanças na maioria das redes de ensino, e muito menos nas faculdades que formam professores. A evidência empírica sobre o que funciona e o que não funciona é desdenhada. A evidência e os progressos científicos da Ciência Cognitiva da Leitura são simplesmente ignorados. Tudo se passa como se estivéssemos no melhor dos mundos.

Eu, pessoalmente, venho tentando trazer essa questão para a agenda nacional há quase dez anos, e já vencemos muitos obstáculos. Em 2003, realizamos um Seminário Internacional sobre Alfabetização, em parceria com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em Brasília. Em 2007, o Presidente do IAB participou de visita à Inglaterra, na Comitativa do Ministro Fernando Haddad. A partir dessa data, o ministro começou a abrir espaço para a discussão sobre a questão dos métodos de alfabetização. Em 2009, o IAB promoveu um novo seminário internacional sobre Pedagogias Eficazes, onde o tema voltou a ser debatido. Também participou do Grupo de Trabalho da Academia Brasileira de Ciências, que se pronunciou sobre o assunto. A comunidade acadêmica, no Brasil, ainda continua muito atrasada em relação aos conhecimentos científicos na área, ignorando-os. Os formadores de professores – na maioria das faculdades de pedagogia – continuam repetindo jargões sobre alfabetização, sem o menor respeito ao conhecimento científico. Isso tudo é parte de um lento processo, e será tão mais lento quanto as autoridades responsáveis pela educação assumirem as suas responsabilidades. Muitos municípios e algumas redes estaduais já avançaram muito – e os resultados começam a aparecer. No Rio de Janeiro, isso tem sido mais difícil, pois o nível de politização é maior. Mas, como eu já disse, a verdade acaba prevalecendo.

IW - Mas afinal, o que é o método fônico?

O método fônico é um método que preconiza o ensino sistemático e explícito da relação fonema-grafema. Ele se baseia no princípio alfabético, que é o princípio subjacente ao Sistema Alfabético de Escrita. Mas também se baseia nos progressos da neurociência, da psicologia cognitiva e da pesquisa empírica sobre educação. As evidências a respeito da superioridade do método fônico são inegáveis – mas isso só vale para quem conhece,

respeito e aceita a evidência científica. As informações sobre isso estão disponíveis nas várias publicações do IAB e também nos documentos do Grupo de Trabalho da Academia Brasileira de Ciência supracitados. Todos os países que usam o Sistema Alfabético de Escrita preconizam o uso de métodos fônicos nas suas escolas e sistemas de ensino. O Brasil continua atrasado nessa questão.

A esmagadora maioria dos professores que usam os programas de ensino do IAB - e que são milhares, neste país. Há poucos anos um estado da Federação promoveu uma enquete com os professores, 93% deles se manifestaram a favor de continuar com o programa – apesar da oposição do sindicato. É preciso que a mídia entenda a diferença entre posições sindicais – com motivações políticas – da opinião dos professores que querem dar certo e querem ver seus alunos progredir.

IW- E então como o senhor avalia a crítica do Sindicato? E o papel da imprensa nisso?

A imprensa livre é uma conquista democrática fundamental. Como democrata, sou contra qualquer tipo de censura, de qualquer espécie. O risco é a irresponsabilidade. Por exemplo, há cerca de dois anos alguns órgãos da imprensa carioca fizeram o maior alarde em torno de um texto que usamos em um dos nossos livros gigantes. Trata-se de um texto da cultura popular, uma troça com “pegadinha”. O mesmo Sindicato dos Professores entrou na Justiça contra esse texto, alegando desrespeito aos alunos, sempre dentro da ótica do “politicamente correto”. Aliás, o politicamente correto também acabou com o humor, inclusive com o bom humor. Só ainda não acabou com o meu – sem bom humor não podemos ser educadores. Mas, voltando à imprensa. A imprensa não noticiou que a interpelação foi arquivada pelo Promotor. Isso é o que se chama de imprensa marrom, parcial, denunciadora, de baixo nível. Paciência, é o que temos, e às vezes, nem os grandes jornais estão imunes a isso. Temos que estar preparados para conviver com isso. Felizmente, a internet tem proporcionado canais alternativos para contornar a ditadura da mídia de grande circulação. No fim, a verdade vence – é a lei do mundo.

Quanto ao Sindicato, acho que já falei sobre isso. O papel do Sindicato é defender os interesses da classe. Por natureza é uma entidade corporativista. Isso é muito importante para contrabalançar os poderes de uma sociedade. Mas há limites e há formas de ação. No caso concreto, em primeiro lugar, as posições tomadas não são dos associados, são do Sindicato, possivelmente de alguns membros da diretoria. Nós temos projetos em centenas de municípios, milhares de classes, e sabemos que a maioria dos professores não pensa como esses dirigentes sindicais. Nem os professores do Rio de Janeiro. Disso temos certeza. Não estou com isso desautorizando o Sindicato. Estou apenas reconhecendo a exorbitância. Mas o mais grave não é isso, é que estão usando uma desculpa esfarrapada para manifestar seu descontentamento com as medidas que vêm sendo tomadas pela Secretaria de Educação. Não tenho procuração para defender a Secretaria – mesmo porque ela se defende muito bem. Mas é forçoso reconhecer que se trata de um movimento político de contestação. Aqui e ali, a questão substantiva pode ter mérito. Ao levar o assunto para a imprensa – sobretudo ANTES de conversar – o sindicato demonstra seu desprezo pelo aluno, pela educação, pela democracia e pela autoridade. E com isso, perde sua legitimidade.